



Projeto de Lei nº \_\_\_\_ / 2022.

“Dispõe sobre a concessão de isenção do imposto predial e territorial urbano (IPTU), sobre imóvel integrante do patrimônio dos Portadores de transtorno global do desenvolvimento (TGD) ou seus dependentes, e dá outras providências.”

**Art. 1º** Fica isento do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) o imóvel que seja de propriedade e residência do contribuinte, cônjuge e/ou filhos desde que comprovadamente seja Portador de transtorno global do desenvolvimento (TGD).

**Parágrafo Único** – A isenção que trata o caput será concedida somente para um único imóvel do qual o acometido da condição seja proprietário/dependente ou responsável pelo recolhimento dos tributos municipais e que seja utilizado exclusivamente como sua residência e de sua família, independentemente do tamanho do referido imóvel.

**Art. 2º** Para ter direito à isenção, o requerente deve apresentar cópia dos seguintes documentos:

- I - Documento hábil comprobatório de que é o proprietário do imóvel no qual reside juntamente com sua família;
- II - Quando o imóvel for alugado, contrato de locação no qual conste o requerente como principal locatário;
- III - documento de identificação do requerente (Cédula de Registro de Identidade e/ou Carteira de Trabalho e Previdência Social e, quando o dependente do proprietário for o acometido do transtorno global do desenvolvimento, juntar documento hábil a fim de comprovar o vínculo de dependência (cópia da certidão de nascimento/casamento);
- IV - Documento de identificação do requerente;
- V - Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- VI - Atestado médico fornecido pelo médico que acompanha o tratamento, contendo:





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**MARATAÍZES**

Av. Gov. Francisco Lacerda de Aguiar, 113  
Centro – Marataízes/ES  
CEP. 29345-000  
Fone: +55 28 3532-3413  
e-mail: [ouvidoria@cmmarataizes.es.gov.br](mailto:ouvidoria@cmmarataizes.es.gov.br)

- a) Diagnóstico expressivo da doença;
- b) Estágio clínico atual;
- c) Classificação do quadro clínico;
- d) Carimbo que identifique o nome e número de registro do médico no Conselho Regional de Medicina (CRM).

**Art. 3º** A isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), não desobriga o contribuinte do pagamento das taxas.

**Art. 4º** A isenção de que trata esta Lei, deverá ser requisitada anualmente até a data de 31 de julho de cada exercício, perdendo a partir desta data o direito de pleitear o benefício.

**Art. 5º** Os benefícios de que trata a presente Lei, quando concedidos, serão válidos por 1 (um) ano, após o que deverá ser novamente requerido, nas mesmas condições já especificadas, para um novo período de 1 (um) ano e cessará quando deixar de ser requerido benefício.

**Art. 6º** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder remissão de débitos referentes ao IPTU do Imóvel, de que trata o caput do Artigo 1º, a partir da data do diagnóstico da doença.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das verbas próprias do Orçamento, suplementadas se necessário.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marataízes, 12 de Julho de 2022

CLEVERSON HERNANDES  
MAIA:11132719739

Assinado de forma digital por CLEVERSON HERNANDES  
MAIA:11132719739  
Dados: 2022.07.12 16:37:26 -03'00'

**Cleverson Hernandes Maia**

Vereador de Marataízes



## JUSTIFICATIVA

Trata-se de projeto de lei destinado a conceder a isenção do IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana), imposto de competência municipal, aos portadores do transtorno global do desenvolvimento TGD (um grupo de 5 condições que envolvem dificuldades de comunicação e de comportamento) ou seus dependentes. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU em diversas localidades do país, possui custo elevado, devendo o Município, através de seus legisladores, demonstrar a devida preocupação com os munícipes que são acometidos do transtorno global do desenvolvimento, no qual o acompanhamento necessita de grande dedicação e por vezes pode prejudicar a manutenção econômica e a subsistência de todo o grupo familiar. Devido a estas condições peculiares e, igualmente, pelas dificuldades financeiras que estes munícipes têm de enfrentar, o pagamento do IPTU configura mais uma preocupação, visto que ainda dispõem grande parte do seu tempo com atividades que alcancem uma melhor qualidade de vida, e uma vez que não efetue o pagamento do tributo, o munícipe convive também com a possibilidade da perda de seu imóvel diante de um processo judicial.

Com este pensamento, entendemos que é dever do Município amparar toda a população nele residente, vindo este Projeto de Lei cumprir esta função social. Vários Municípios já estabeleceram esse direito para o paciente com câncer e portadores de outras doenças. Eis alguns exemplos:

- Teresina, no Piauí, que a partir da Lei Complementar nº 3.606, de 29/12/2006 (art.41, inciso V) isenta do IPTU as pessoas acometidas de câncer e Aids;
- Estância Velha, no Rio Grande do Sul, que a partir da Lei nº 1.641/2010 isenta do IPTU os portadores de HIV e câncer;
- Campos do Jordão, em São Paulo, que a partir da Lei nº 3.426, de 19/4/2011 isenta do IPTU pessoas com câncer, Aids e insuficiência renal crônica.

Ante o exposto, após analisado o aspecto legal, e com devida atenção que o tema requer, acredito que esta Casa Legislativa, bem como, Poder Executivo





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**MARATAÍZES**

Av. Gov. Francisco Lacerda de Aguiar, 113  
Centro – Marataízes/ES  
CEP. 29345-000  
Fone: +55 28 3532-3413  
e-mail: [ouvidoria@cmmarataizes.es.gov.br](mailto:ouvidoria@cmmarataizes.es.gov.br)

Municipal apoiará o presente Projeto de Lei, solicito a análise deste projeto, e posterior votação por esta egrégia Casa de Leis.

Marataízes, 12 de Julho de 2022

CLEVERSON HERNANDES Assinado de forma digital por CLEVERSON  
MAIA:11132719739 HERNANDES MAIA:11132719739  
Dados: 2022.07.12 16:38:04 -03'00'

**Cleverson Hernandes Maia**

Vereador de Marataízes